



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região

Seleção para Estagiário - 2008-1 - 23/fevereiro

Caro(a) candidato(a):

Instruções:

- Cada questão objetiva valerá 1,5 (um e meio) ponto e a dissertação 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 70 (setenta) pontos;
- A prova oral valerá 30 pontos;
- Só farão a prova oral os candidatos que obtiverem, em número inteiro, mais de 50% em cada parte da prova escrita, ou seja, 23 (vinte e três) pontos na objetiva e 13 (treze) pontos na subjetiva;
- O resultado da prova escrita será divulgado no dia 27/02/2008;
- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem mais de 50% das provas escrita e oral, ou seja, 51 (cinquenta e um) pontos, sendo 36 (trinta e seis) na prova escrita e 15 (quinze) na oral;
- O resultado final será divulgado no dia 03/03/2008.

Orientações:

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A intelecção da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas.

Direito Constitucional

01. Assinale a **verdadeira**:

- a) a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição, não tendo a Constituição feito qualquer exceção;
- b) o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Presidente do Tribunal;
- c) o ingresso na carreira da magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, ocorrerá mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de prática forense e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;
- d) não poderá ser promovido o juiz que, injustificadamente, retiver em seu poder autos além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem a devida sentença.

02. Sobre o Ministério Público, é **incorreto** afirmar:

- a) são seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- b) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- c) entre suas funções institucionais, destacam-se: promover, privativamente, a ação penal pública, o inquérito civil público e a ação civil pública;
- d) cabe ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

03. Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil, dentre outros, segundo o Texto Constitucional:

- a) a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- b) o propósito de construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- c) o repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- d) o propósito de erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

04. A Constituição Federal/1988 assegura, no plano dos direitos sociais, dentre outros direitos:

- a) repouso semanal remunerado aos domingos, inclusive aos domésticos;
- b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo acordo individual ou negociação coletiva de trabalho. Quanto à irredutibilidade salarial, a

Constituição permite, excepcional e temporariamente, a redução proporcional da jornada, desde que através de negociação coletiva, o que se dá através do chamado “acordo japonês”, que é regido por lei própria;

- c) a greve é direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores da iniciativa privada e da Administração Pública. A estes últimos, o STF definiu, em sede de Mandado de Injunção, que, até a regulação da lei própria pelo Congresso Nacional, aplica-se-lhe a lei que rege a greve no setor privado (Lei nº 7.783/89). Deste modo, o dissídio de greve de servidor estatutário será processado e julgado pela Justiça Comum (Federal ou Estadual), observando-se a competência funcional privativa dos Tribunais (STJ, TRFs e TJs), por aplicação analógica da Lei nº 7.701/88, que trata da competência dos Tribunais do Trabalho nos Dissídios Coletivos;
- d) os representantes da CIPA podem ser despedidos se praticarem justa causa, mas não o podem se cometerem falta grave, porquanto esta necessariamente exige o ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave pelo empregador na Justiça do Trabalho.

05. Encontra-se incondizente com a verdade a afirmativa abaixo, no que se refere aos direitos assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) há proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, origem, cor ou estado civil, salvo para atender à livre concorrência entre as empresas;
- b) é proibida qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
- c) é proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A trabalhadora doméstica, mesmo com idade compreendida entre 16 e 18 anos, não tem direito a hora extra;
- d) é protegido o mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

Direito do Trabalho

06. É pressuposto legal apto a legitimar a percepção do adicional de transferência:

- a) a transferência provisória;
- b) a mudança de domicílio;

Direito Administrativo

- c) anuência do empregado;
d) cláusula contratual expressa.
07. Assinale V (verdadeira) ou F (falsa):
- () I - a contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais;
- () II - a prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS;
- () III - é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho;
- () IV - compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos à movimentação do FGTS.
- a) I, II e III são verdadeiras;
b) II, III e IV são falsas;
c) I, III e IV são verdadeiras;
d) todas são verdadeiras.
08. Um certo trabalhador, regido pela CLT, percebeu de janeiro a junho de 2007 a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). De julho a dezembro seu salário foi aumentado para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Sabendo-se que o adiantamento legal do décimo terceiro se deu em julho de 2007, pergunta-se: quanto o trabalhador recebeu de gratificação natalina, em 20 de dezembro de 2007, sem os encargos legais?
- a) quatro mil reais;
b) sete mil reais;
c) cinco mil reais;
d) seis mil reais.
09. São características fundamentais para configuração da justa causa:
- a) desídia; atualidade; causalidade; proporcionalidade e non bis in idem;
b) gravidade; má-fé; desídia; proporcionalidade e causalidade;
c) gravidade; causalidade; atualidade; proporcionalidade e non bis in idem;
d) má-fé; nexa causal; imediatidade; atualidade e proporcionalidade.
10. Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido, de acordo com a lei:
- a) o piso da categoria;
b) o salário mínimo;
c) o salário convencionado;
d) o salário mínimo-hora.
11. Os princípios da administração pública expressos na Constituição Federal:
- a) devem ser observados por todas as pessoas administrativas de qualquer dos entes federados;
b) somente o princípio da legalidade e moralidade devem ser observados, uma vez que o da impessoalidade e eficiência dependem de critério a serem aplicados por cada ente da federação;
c) o princípio da moralidade deve observar os preceitos éticos de convivência, mas não os critérios de conveniência e oportunidade, que ficam a cargo do princípio da eficiência;
d) O princípio da impessoalidade deve ser aplicado somente se ferido o princípio da isonomia entre os servidores.
12. Segundo o art. 78 do Código Tributário Nacional, poder de polícia é *“a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos”*. Acerca de tal poder, indique a assertiva **correta**:
- a) decorre do princípio de supremacia do interesse público, representado pelo Estado, podendo, entretanto, ser delegado;
b) deve sempre ser tolerado pelo administrado, que pode ter suas ações restringidas, submetendo o interesse privado ao público;
c) somente pode ser exercido pela corporação policial de cada ente da federação;
d) somente pode ser exercido em caso de dano social comprovado.
13. Acerca dos conceitos dos entes da administração pública é **incorreto** assinalar:
- a) autarquia é a pessoa jurídica de direito público, integrante da administração indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do estado;
b) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração indireta do Estado, criadas por autorização legal ou a critério do administrador, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza;
c) as empresas públicas somente podem em atividades de interesse econômico, sendo-lhe vedada a prestação de serviços públicos;

- d) As sociedades de economia mista somente poderão ter a forma de sociedade anônima, podendo explorar atividades gerais de caráter econômico e negociar livremente suas ações na bolsa de valores.
14. Aos servidores públicos se aplicam os princípios da administração pública:
- desde que sejam aprovados no estágio probatório;
 - desde que sejam regularmente contratados em razão de aprovação em concurso;
 - desde o início de seu exercício funcional, seja ele servidor ou equiparado;
 - desde que tenham adquirido estabilidade.
15. Servidores públicos são aqueles:
- cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por estatutos, não se lhes podendo aplicar direitos próprios de uma relação trabalhista;
 - podem ser assim considerados os contratados sob regime celetista, desde que contratados somente para a administração pública indireta que desenvolva atividade econômica;
 - diante da necessidade permanente do serviço, não podem ser assim considerados os contratados temporariamente;
 - que exercem com caráter de permanência uma função pública, integrando o quadro funcional dos entes federados, das autarquias e fundações públicas.
16. As expressões: 'o homem como objeto de direitos'; 'o homem como sujeito de direitos limitados'; 'compra e venda da força de trabalho' e a 'ampla liberdade na prestação dos serviços, sem vínculo de subordinação', estão ligadas às seguintes formas de organização social do trabalho:
- trabalho análogo ao de escravo; empreitada de labor; trabalho assalariado; trabalho cooperado;
 - trabalho escravo; trabalho servil; trabalho assalariado e trabalho associativo;
 - trabalho servil; prestação de serviços; trabalho autônomo e trabalho cooperado;
 - são expressões extremamente abstratas sem nenhuma correspondência à organização jurídica do trabalho humano.
17. Não sendo o prestador de serviço contratado para certo e determinado trabalho, entender-se-á:
- que se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com as suas forças e condições;
 - que se obrigou apenas ao que foi estipulado no contrato de prestação de serviços;
 - que se obrigou a todo e qualquer tipo de serviço no lapso máximo de quatro anos;
 - que se obrigou a todo e qualquer tipo de trabalho, na jornada máxima de oito horas diárias.
18. É uma característica legal da sociedade cooperativa:
- concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo;
 - limitação do valor da divisão de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;
 - transferibilidade das quotas do capital a terceiros, ainda que por herança;
 - quórum*, para a assembléia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado.
19. Segundo Sílvio Rodrigues, na obrigação de fazer o devedor se vincula a determinado comportamento, consistente em praticar um ato ou a realizar uma tarefa. Pode constar de um trabalho físico ou intelectual, como também da prática de um ato jurídico. De certo modo se poderia dizer que dentro da idéia de fazer, encontra-se a de dar, pois quem promete a entrega de determinada prestação está, em rigor, vinculando-se a fazer a referida entrega. Mas as obrigações de fazer e de dar se distinguem sob outros ângulos, quais sejam:
- na de dar existe sempre a transferência de domínio, o que não ocorre na de fazer;
 - na de dar existe uma prestação de coisa, enquanto na de fazer existe uma prestação de fato;
 - na obrigação de dar é sempre possível a execução compulsória, na de fazer isso nunca ocorre;
 - não há distinção legal entre tais obrigações, restando a discussão apenas no campo doutrinário.
20. Sobre o contrato de empreitada, assinale a resposta **correta**:
- quando o empreiteiro fornece os materiais, não correm por sua conta os riscos até o momento da entrega da obra, a contento de quem a encomendou;
 - se o empreiteiro só forneceu mão-de-obra, todos os riscos em que tiver culpa correrão por conta do dono;
 - sendo a empreitada unicamente de labor (art. 610), se a coisa perecer antes de entregue, sem mora do dono nem culpa do empreiteiro, este perderá a retribuição, se não provar que a perda resultou de defeito dos materiais e que em

tempo reclamara contra a sua quantidade ou qualidade;

- d) extingue-se o contrato de empreitada pela morte de qualquer das partes, salvo se ajustado em consideração às qualidades pessoais do empreiteiro.

Direito Processual Civil

21. Acerca da jurisdição assinala o que é **correto**:

- a) se constitui como uma das funções estatais, mediante a qual o estado substitui os titulares dos interesses conflitantes para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito;
- b) somente se exerce mediante a atuação da lei vigente no caso concreto;
- c) é uma atividade pública, provocada e indeclinável, mas pode ser delegada para os atos de execução;
- d) somente existe se houver lide. Cessado o conflito de interesses, cessa a jurisdição.

22. Os critérios utilizados para fixação de competência são:

- a) valor da causa, território, matéria, sendo modificáveis;
- b) lugar e função, sendo ambos improrrogáveis;
- c) matéria e lugar, sendo a primeira absoluta e inderrogável;
- d) matéria e hierarquia, podendo ser alterados.

23. Compete ao Ministério Público intervir:

- a) sempre, nas causas em que houver interesse de incapazes;
- b) desde que haja conflito entre o incapaz e seu representante legal;
- c) às vezes, quando cessada a interdição;
- d) nas chamadas ações de estado, desde que a parte seja pobre.

24. Observando as normas de processo civil, assinala o que é **correto**:

- a) no processo de conhecimento, depois de efetuada a citação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação;
- b) a desistência da ação e a renúncia ao direito são atos bilaterais, uma vez que dependem da anuência das duas partes;
- c) o ato de desistência produz efeitos processuais imediatos, independente de homologação;
- d) havendo ação e reconvenção, a desistência da ação não implica automaticamente na desistência da reconvenção.

25. Quanto à sentença, o juiz poderá:

- a) de ofício ou a requerimento da parte, corrigir inexatidões materiais e omissões, bem como retificar erros materiais;
- b) em caso de interposição de recurso pela parte, poderá o juiz, no juízo de admissibilidade recursal, se retratar da decisão;
- c) o juiz somente poderá alterar a sentença em julgamento de embargos declaratórios, quando acolher alegação de omissão, dúvida ou contradição;
- d) sempre que a matéria for controvertida for unicamente de direito, o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo a sentença.

Direito Processual do Trabalho

26. Sobre o Inquérito Judicial para apuração de falta grave, é **correto** afirmar:

- a) tem natureza inquisitorial, como peça informativa para o ajuizamento de ação trabalhista, sobretudo com matiz criminal, instaurado por requisição do Ministério Público do Trabalho;
- b) tem prazo decadencial de 30 (trinta) dias, deve ser promovido por escrito pela empresa, em face de determinados empregados estáveis, perante a Justiça do Trabalho de primeiro grau;
- c) é ação célere, cuja instrução admite que cada parte apresente até 06 testemunhas, mediante rol prévio submetido ao juiz da causa;
- d) apesar de sua natureza meramente inquisitorial, é processado na Justiça do Trabalho, como reminiscência dos tempos em que esta tinha feição administrativa.

27. Considere as afirmações e, em seguida, assinala o que se pede:

- () I - é cabível *habeas corpus* na Justiça do Trabalho, para a tutela da liberdade de locomoção, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição. Nos casos de cárcere privado de empregado, por força da relação de trabalho, o *habeas corpus* será impetrado no primeiro grau da jurisdição trabalhista, sendo que o aspecto propriamente criminal será apreciado pela Justiça Comum;
- () II - não é cabível Mandado de Segurança no primeiro grau da jurisdição trabalhista, ante o caráter privado do contrato de trabalho, que tem como empregador (o suposto coator) pessoa física ou jurídica de natureza privada. E quando a Administração Pública contrata alguém sob o regime celetista, passa a ser tratada pela Justiça Obreira como as demais pessoas de natureza privada;

- () III - a Justiça do Trabalho não tem competência criminal, conforme já definiu o STF, em sede de controle abstrato de constitucionalidade. No entanto, pode julgar *habeas corpus* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição, como é o caso de ordem de Juiz do Trabalho que determina prisão de depositário infiel em execução trabalhista;
- () IV - o *habeas corpus* não é ação propriamente penal, conforme se tem entendido, por contribuição do Processo Constitucional. Assim, sua natureza constitucional possibilita que o remédio seja impetrado em qualquer juízo e, dependendo do foro privilegiado da autoridade coatora, em qualquer grau de jurisdição, inclusive trabalhista, observada a tutela da liberdade de locomoção.
- d) as disposições sobre tutela antecipada são, no geral, aplicadas ao Processo do Trabalho, inclusive quanto à fungibilidade entre pedido cautelar e de antecipação de tutela, no curso de Reclamação Trabalhista.

30. No Processo do Trabalho, o preposto:

- a) há de ser empregado da parte Reclamada, salvo nas relações de emprego doméstico e quando a Reclamada for microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) precisa ter conhecimento pessoal dos fatos;
- c) não precisa ser empregado da empresa, conforme entendimento esposado pelo TST;
- d) pode celebrar acordo, confessar fatos, transigir, assistir audiências e praticar atos processuais em nome do preponente, inclusive interrogar o Reclamante ou suas testemunhas.

Assinale a correta:

- a) estão verdadeiras, sem prejuízo de outras assertivas: I, II e IV;
- b) estão verdadeiras, apenas: II, III e IV;
- c) estão falsas, sem prejuízo da incorretude de outras assertivas: I, II e III;
- d) estão verdadeiras, sem prejuízo da possível veracidade de outra(s) assertiva(s): III e IV.

28. Assinale a **incorreta**, sobre Agravo de Petição:

- a) é cabível no prazo de 8 (oito) dias, das decisões do Juiz de primeiro grau, nas execuções, inclusive na liquidação de sentença, para questionar “valores” próprios desta etapa;
- b) só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença;
- c) das decisões proferidas pelos TRTs em Agravo de Petição, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal da Constituição Federal;
- d) a decisão proferida em embargos de terceiro, em curso no primeiro grau da jurisdição trabalhista, em sede de execução por título executivo extrajudicial, desafia Agravo de Petição.

29. Em razão da influência das recentes alterações do CPC, é **correto** afirmar:

- a) não mais é possível a execução *ex officio* no Processo do Trabalho;
- b) a subsidiariedade do CPC impõe que a execução de título executivo extrajudicial, no Processo do Trabalho, seja processada nos mesmos autos da ação principal, salvo determinação do juízo em contrário, devidamente fundamentada e assegurado o contraditório;
- c) não existe mais a liquidação por arbitramento;

